

Administração Pública

Prof. Wagner Rabello Jr.
rabello_jr@yahoo.com.br

Wagner Rabello Jr

E-mail: rabello_jr@yahoo.com.br

Comunidade no orkut: Administração Pública Concurso

Questões inéditas – Estilo ESAF

Questões inéditas – Estilo ESAF

- 1- Em relação às estruturas e formas de intervenção do Estado, assinale a opção incorreta.
- a) Nas atividades exclusivas estão o núcleo estratégico do Estado, onde as políticas públicas são definidas, e os serviços de fiscalização e controle, onde o poder do Estado é exercido.
 - b) Os serviços sociais e científicos, por sua vez, que são e devem continuar a serem custeados pelo Estado, precisarão ser gradualmente “publicizados”, ou seja, transformados em entidades sem fins lucrativos, públicos não-estatais, que, na medida em que tenham autorização do Poder Legislativo para participar do orçamento público, serão chamadas de “organizações sociais”.
 - c) As agências reguladoras são os órgãos competentes para a fiscalização e controle das atividades exercidas fora da órbita do Estado.
 - d) Após a implementação da última grande reforma administrativa, ocorrida na década de 90, dos processos de privatização e diminuição do aparelho administrativo do Estado, pode-se concluir que atualmente temos apenas um Estado mínimo garantidor da propriedade e dos contratos.
 - e) Entre os diversos tipos de instituições localizadas nos serviços não-exclusivos do Estado, podemos citar: Universidades, Hospitais, Centros de Pesquisa e Museus.

Gabarito: D

COMENTÁRIO:

A afirmativa D está incorreta, tendo em vista que, embora a meta da reforma administrativa ocorrida nos anos 90 fosse realmente diminuir o tamanho do Estado, tal proposição não chegou a ponto de torná-lo um mero garantidor da propriedade e dos contratos. Dessa forma, podemos perceber claramente que o Estado continua responsável por elaborar e executar políticas sociais de saúde, científicas, segurança, educação dentre outros.

2- Assinale a opção que preencha corretamente as lacunas do texto extraído da obra *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial* organizado por Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Spink.

"O Estado deve ser público, as organizações não-estatais e sem fins lucrativos (ou organizações não-governamentais) devem ser _____. Bens estritamente públicos, como um meio ambiente protegido, devem ser públicos. Direitos públicos são os direitos que nos asseguram que o patrimônio - *a res publica* -, entendido em sentido amplo, seja _____; que seja de todos e para todos, e não objeto de _____, algo privatizado por grupos de interesses".

- a) Privadas, público, rent-seeking
- b) Públicas, privada, accountability
- c) Privadas, privada, governabilidade.
- d) Públicas, pública, governabilidade.
- e) Públicas, público, rent-seeking.

Gabarito: E

COMENTÁRIO:

A primeira e a terceira lacuna foram as que realmente exigiram maior reflexão do candidato. Em relação à primeira - é importante frisar -, embora sejam classificadas como não-estatais, essas organizações são de caráter público, recebem verbas públicas, estão incluídas no orçamento público, sendo, inclusive, auditadas pelos respectivos tribunais de contas. Exemplo singular deste tipo de instituição é a OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, baseada na Lei 9.790/99, como alternativa para o Terceiro Setor.

A terceira lacuna tem por objetivo avaliar o entendimento do candidato sobre os termos: accountability, governabilidade e rent-seeking. Pois bem: Accountability é um termo que não tem tradução direta para o português, mas, em linhas gerais, tem a ver com prestação de contas da Administração Pública frente à sociedade; Governabilidade é a condição substantiva e material de exercício do poder e legitimação do governo obtido por sua postura ante a sociedade civil e o mercado; Rent-seeking - a resposta correta - está bem delineada ao final do texto, sendo um termo usado para definir a apropriação da coisa pública por grupos de interesses privados.

3 – A Constituição Federal de 1988, também chamada de constituição cidadã, possui uma série dispositivos no sentido de tornar a administração pública mais participativa. Seguindo essa tendência, foi criado no governo Lula, o Conselho de desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Sobre a estrutura, organização e funcionamento do CDES podemos afirmar que:

- a) A criação do CDES pode ser entendida como a repetição de um modelo de interação entre Estado, sociedade civil e empresariado.
- b) Assim como em casos anteriores, este é um conselho setorial, voltado para a experiência de políticas locais, tendo em sua arena a participação do Estado, sociedade civil e empresariado.
- c) Assim como nos modelos internacionais, a composição do conselho no Brasil não deu destaque à participação da sociedade civil.
- d) O CDES pretendeu retomar o desenho da relação entre Estado e sociedade inaugurada na Constituição Federal de 1988, e avançar nesse processo, gerando um novo espaço institucionalizado e pluralizado, onde encontramos diversos atores políticos, sociais e o governo, possibilitando um processo de participação social e novas bases para garantir a governabilidade.
- e) O CDES revela a idéia de reconstruir um antigo pacto de poder, com o predomínio do empresariado em sua composição e a singularidade da inclusão de organizações, movimentos sociais e sindicatos em seu colegiado.

Gabarito: D

COMENTÁRIO:

A opção A está errada por considerar o CDES um modelo repetitivo de gestão pública, quando na verdade não é. Em tempo algum a sociedade civil teve uma participação tão singular na malha governamental, ainda que, as decisões do CDES sejam meramente opinativas.

A opção B fala em conselho setorial e política social, porém, o CDES trata de questões em sentido macro, tais como: reforma agrária, políticas de distribuição de renda, industrialização etc. Portanto, não há que se falar em localismo.

O item C vai de encontro ao mais notável ponto do CDES: a participação da sociedade civil. Vale esclarecer que a sociedade civil é representada por movimentos sociais, entidades de classe, representantes de movimentos culturais, representantes religiosos, sindicatos, personalidades e representantes das regiões Norte e Nordeste.

A letra D, a correta, abrange os principais aspectos do CDES.

Na letra E o erro consiste em atribuir ao CDES a reconstrução de um antigo pacto de poder, pois, como dito antes, tal pacto é recente (CF 88). Importante falar que todo o resto da questão está correto, inclusive, que há um predomínio quantitativo do empresariado em relação às outras classes isoladamente.

4 – Sobre a chamada gestão social, entendida como a participação da sociedade na gerência da *res publica*, assinale a opção incorreta:

- a) A relação do Estado com a sociedade começou a ganhar novos contornos no fim da década de 70. Até então, ela se dava por conta de um Estado autoritário, que propunha modernizações weberianas ou *gerencialistas* e guardava os ranços de um patrimonialismo que se estende até hoje.
- b) A mudança da relação entre Estado e sociedade é conseqüência de maior participação da sociedade civil, através de reclamos e proposições que devem ser obrigatoriamente levadas a cabo e serem transformados em leis e/ou políticas públicas.
- c) Ainda é tênue a relação entre Estado e sociedade no Brasil, tendo em vista que, salvo raríssimas exceções, como as leis de iniciativa popular, o sujeito do processo decisório é, em última análise, o governo.
- d) Gestão social pode ser entendida como o meio pelo qual a sociedade contribui para a administração do Estado através de diferentes instâncias, já existentes, tais como: conselhos municipais e movimentos sociais.
- e) Em que pese a importância da criação de diversos conselhos municipais pelo Brasil, uma das “fragilidades” desses conselhos consiste no fato de que, quase todos, são meramente opinativos e a maior parte das proposições levadas aos Estado não são efetivamente implantadas.

Gabarito: B

COMENTÁRIO:

A letra A nos revela que, já no fim dos anos 70, com o enfraquecimento da ditadura e o surgimento, no horizonte, de um processo de redemocratização sacramentado com a promulgação da Constituição de 1988, a sociedade começa a se aproximar das estruturas do Estado de forma cada vez mais incisiva fazendo com que este sofra, ainda que singelamente, novos tipos de influência em sua organização e tomadas de decisão.

O erro da alternativa B consiste em falar na obrigatoriedade de se levar a termo as proposições da sociedade civil. Ainda que estas proposições influenciem, algumas vezes de forma contundente, a tomada de decisão do Estado, não podemos falar em obrigatoriedade nesse tipo de relação.

A letra C retoma a discussão anterior: a falta de obrigatoriedade do governo face às proposições sociais.

A letra D nos dá um conceito bem compacto do que pode ser entendido por Gestão Social.

A alternativa E volta a falar da força das opiniões sociais frente ao Estado.

5 – Os programas administrativos e a política de recursos humanos propostos pelo extinto Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) sofreram duras críticas pelo fato de transplantar para o setor público as ferramentas utilizadas na administração de empresas sem que, muitas das vezes, não fossem observadas as peculiaridades do serviço público. Sobre esses métodos, indique a opção incorreta.

- a) De acordo com os técnicos do MARE, a missão do Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública era implantar programas de qualidade e participação em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo.
- b) O Programa de Qualidade e Participação é definido como um instrumento para a transformação de uma cultura burocrática para uma cultura gerencial, necessário à implementação de um novo modelo de gestão do Estado, que valorize a participação e a iniciativa do servidor.
- c) O Programa de Qualidade e Participação tem os seguintes objetivos: estimular a criatividade dos servidores, definir indicadores de desempenho apenas para verificar se as metas estão sendo cumpridas, centralizar as decisões administrativas, estimular a concorrência entre servidores e integrar os cidadãos à esfera pública.
- d) Para implementar o Programa, os técnicos do MARE recomendaram o uso de ferramentas gerencialistas como o Ciclo de Melhoria Contínua (Ciclo PDCA) e o *benchmarking*.
- e) O MARE foi uma experiência piloto criado no governo FHC com o objetivo de modernizar o aparelho administrativo do Estado.

Gabarito: C

COMENTÁRIO:

Dois dos itens enumerados nos objetivos do Programa de Qualidade e Participação estão errados: definir indicadores desempenho apenas para verificar o alcance das metas e quando fala em centralização administrativa. No primeiro caso, pode-se verificar que, além de analisar o alcance dos resultados planejados, a definição de indicadores de desempenho serve para avaliar os níveis de satisfação de clientes (internos e externos). Quanto à centralização administrativa, tal afirmação é absurda, pois vai de encontro às principais propostas da reforma administrativa.

Em tempo, vamos comentar as duas ferramentas administrativas citadas na letra D. Pois bem, o Ciclo de Melhoria Contínua (Ciclo PDCA – *planning (planejar)-doing (fazer)-checking (Verificar)-acting (Agir)*) tem início com o planejamento, segue-se à execução da ação/ações. Após a execução, verificam-se os procedimentos para ver se saíram como planejado, quais erros não esperados ocorreram etc. e depois parte-se para uma ação corretiva, tal ferramenta ocorre ciclicamente para que se possa sempre verificar eventuais distúrbios.

O *benchmarking* é um método que consiste em analisar os procedimentos, técnicas e práticas administrativas bem-sucedidas para que sejam reproduzidos dentro de determinada estrutura.